

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA

EDITAL Nº 008/2015 - CONCURSO PÚBLICO

MATUTINO 05/07/2015
NÍVEL SUPERIOR

PROVA OBJETIVA
CARGO: CONTADOR

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Sua prova tem **40** questões, com **4** alternativas.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início, sem levar o caderno de provas.
10. O candidato poderá levar o caderno de provas, assim como anotação contendo transcrição do seu cartão-resposta, somente **1h30min** (uma hora e trinta) após o início da realização das provas.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após o fechamento do envelope, contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinarem no lacre do referido envelope, atestando em ata que este foi devidamente lacrado.
13. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligado e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
14. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às próximas cinco questões:

Língua portuguesa se adapta às circunstâncias e situações diárias

Pernambuco é um dos principais estados do Nordeste. Só no ano passado, 4,7 milhões turistas passaram pelo estado, segundo dados da Secretaria de Turismo. Os visitantes vieram de vários lugares do país e de vários sotaques e expressões. Entre os falantes do português, as variações linguísticas são notáveis, mas nada que impeça a comunicação. No projeto Educação desta sexta-feira (28), o professor Vicente Santos falou sobre o assunto.

“Eu costumo dizer que nós somos políglotas na própria língua. Falamos a nossa língua de várias maneiras diferentes, depende das circunstâncias. Se vou ao Rio Grande do Sul, já vou ouvir falar diferente na rua, as pessoas têm uma linguagem própria, tem o “tchê”; em Minas, tem “uai”. Aqui, temos o “oxe”. Enfim, são variações regionais que ocorrem em qualquer língua e na nossa também”, comentou o professor.

O importante é não se ter preconceito linguístico e admitir que há muitos falares na língua portuguesa. Por exemplo, dependendo da situação, é preciso usar uma linguagem mais formal. “Um juiz já requer certa formalidade. Existe um linguajar próprio. Você não vai se dirigir a um juiz como se dirige a um filho ou qualquer coisa assim. Eles têm uma situação totalmente diferente”, ilustrou o veterinário Edvaldo de Araújo.

Outra situação em que a formalidade está presente é no tratamento entre um recepcionista de hotel e um hóspede. A conversa normalmente é marcada pelo uso de “senhor” ou “senhora”. “A gente evita que o funcionário traga para o seu dia a dia a linguagem praticada em sua casa. Então o atendimento do recepcionista que está sempre em contato com o cliente tem que ser realmente o mais formal possível”, disse o gerente de hotel Sérgio Paraíso.

O uso da linguagem deve ser feita como as regras de convivência, por exemplo. Para isso, é necessário ter bom senso. “Eu costumo dizer que você não vai a um casamento de bermuda e camiseta e também não vai à praia de paletó e gravata. Então existe a hora da formalidade e da informalidade”, contou o professor Vicente Santos.

No dia a dia também é possível perceber essas variações linguísticas. Na feira, a laranja cravo pode ser tangerina ou mexerica. O aipim vira macaxeira; e a abóbora, jerimum. Na hora de escrever, geralmente as pessoas ficam atentas à norma culta. “A gente procura colocar como se escreve mesmo, porque é mais correto. Você botar num estabelecimento uma coisa errada fica até uma coisa esquisita”, disse a comerciante Bradini Torres.

Mas o que une o povo brasileiro, na verdade, é a norma culta. “Estou no Rio Grande do Sul e leio o jornal sem nenhum problema, Entendo tudo. O gaúcho está no Recife, lê o nosso jornal e entende perfeitamente. Porque a norma padrão está ali presente, ela nos une”, finalizou Vicente Santos.

Fonte: <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2014/08/lingua-portuguesa-se-adapta-circunstancias-e-situacoes-diarias.html>. Acesso em: 25 maio 2015.

01. O texto trata das diversas formas de utilizar a língua portuguesa, bem como cita exemplos de variações linguísticas em várias situações de uso. Quanto às informações presentes no texto, é correto afirmar que:

- a) Já que temos uma norma culta/padrão, são inadequados outros usos da língua portuguesa em quaisquer situações.
- b) Apesar de haver variação linguística, o certo é usar a norma padrão em todas as situações, sob pena de não sermos compreendidos.
- c) Pessoas de baixa escolaridade e idosos cometem mais erros gramaticais, assim como os nordestinos.
- d) A convivência vai dosar a quantidade de formalidade e informalidade na interação e se deve ter bom senso para escolher a variação linguística mais adequada, de acordo com a situação.

02. O texto cita alguns exemplos de variação linguística em vários âmbitos. De acordo com o apresentado no texto e seus conhecimentos, assinale a alternativa que relaciona corretamente as colunas:

- | | |
|------------------------------|--------------------------|
| I. Oxe, tchê | i. pronomes |
| II. Senhor, Senhora | ii. Sinônimos |
| III. Abóbora, jerimum | iii. Interjeições |

- a) I-iii; II-i; III-ii.
- b) I-ii; II-iii; III-i.
- c) I-iii; II-ii; III-i.
- d) I-i; II-iii; III-ii.

03. Lê-se que o entrevistado afirma que o mais importante é não ter preconceito linguístico. De acordo com essa afirmação, assinale a alternativa que apresenta sentença que a contradiz:

- a) “O uso da linguagem deve ser feita como as regras de convivência, por exemplo”.
- b) “Porque a norma padrão está ali presente, ela nos une”.
- c) “A gente evita que o funcionário traga para o seu dia a dia a linguagem praticada em sua casa”.
- d) “Os visitantes vieram de vários lugares do país e de vários sotaques e expressões”.

04. As figuras de linguagem são recursos utilizados para enriquecer a escrita de um texto e seu uso exige conhecimento do autor e do leitor para que elas surtam o efeito de sentido pensado. Quanto ao tema, assinale a alternativa que associa corretamente exemplo e figura de linguagem:

- a) Você não vai se dirigir a um juiz como se dirige a um filho: metáfora.
- b) O uso da linguagem deve ser feita como as regras de convivência, por exemplo: eufemismo.
- c) O importante é não se ter preconceito linguístico: antítese.
- d) O aipim vira macaxeira: prosopopeia.

05. Sabemos que as funções sintáticas podem ser desempenhadas por orações inteiras, situação que ocorre nos períodos compostos por subordinação, bem como as orações podem estar unidas sem relação de dependência, como no caso dos períodos compostos por coordenação. Quanto ao tema, assinale a alternativa que apresenta uma análise incorreta:

- a) Eu costumo dizer que nós somos políglotas na própria língua: oração subordinada substantiva subjetiva.
- b) O gaúcho está no Recife, lê o nosso jornal e entende perfeitamente: período composto por coordenação.
- c) A gente evita que o funcionário traga para o seu dia a dia a linguagem praticada em sua casa: oração subordinada substantiva objetiva direta.
- d) Se vou ao Rio Grande do Sul, já vou ouvir falar diferente na rua: oração subordinada adverbial condicional.

Leia o texto a seguir para responder às próximas três perguntas.



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://vozdeareiabranca.com.br/wp-content/uploads/2012/12/charge-de-natal.jpg&imgrefurl=http://vozdeareiabranca.com.br/category/charges/&h=642&w=800&tbnid=DXLo9MoMibinMM:&zoom=1&docid=2VHLjzgc5dLOEM&ei=eIBbVaygFMaVNubXgaAN&tbm=isch&ved=0CD8QMyygOMA4&biw=1366&bih=653>. Acesso em: 22 maio 2015.

06. Sabemos que a imprensa utiliza, com muito sucesso, a sátira para chamar a atenção dos leitores para várias situações, inclusive cotidianas. O texto acima é bastante utilizado na mídia impressa e virtual, mas se assemelha também a outros gêneros textuais. Trata-se de:

- a) Uma caricatura.
- b) Um cartum.
- c) Uma tirinha.
- d) Uma história em quadrinhos.

07. A ironia é um recurso que chama a atenção nesse gênero textual, conseguida, muitas vezes, a partir da união entre o texto verbal e o não verbal. Na conversa entre as amigas, a ironia dá-se:

- a) Pelo desconhecimento da joia por parte da amiga, que precisou pegar na mão da presenteada.
- b) Pela forma com que foi pronunciada a última sentença do primeiro balão, causando ambiguidade.
- c) Pela resposta presente no segundo balão, que não poderia ser proferida por não dizer respeito à pergunta feita em nenhuma situação.
- d) Pelo fato de a amiga não saber que a presenteada era casada.

08. De acordo com as normas que regem a pontuação e sua obrigatoriedade para identificar funções sintáticas específicas, há erro na sentença representada na alternativa:

- a) Nossa amiga!
- b) É diamante?
- c) Não...
- d) Do meu marido mesmo!

RACIOCÍNIO LÓGICO

09. Assinale alternativa que possua um argumento válido.

- a) Premissas: Todos os atletas gostam de jogar futebol.
Pedro não é atleta.
Conclusão: Portanto, Pedro não gosta de jogar futebol.
- b) Premissas: Todos os atletas praticam exercícios físicos diariamente.
Mateus pratica exercício físico diariamente.
Conclusão: Portanto, Mateus é um atleta.
- c) Premissas: Se um jovem é atleta, então ele é inteligente.
Caio não é atleta.
Conclusão: Portanto, Caio não é inteligente.
- d) Premissas: Todos os atletas são saudáveis.
Nenhuma pessoa saudável é fumante.
Conclusão: Portanto, nenhum atleta é fumante.

10. Numa pesquisa sobre tinta para coloração de cabelos, foram entrevistadas 500 mulheres. Dessas, 70 nunca haviam utilizado nenhum tipo de tinta, 250 já haviam utilizado tinta da cor castanha e 350 já haviam utilizado tintura da cor loira. Quantas mulheres haviam utilizado somente uma cor de tinta?

- a) 100
b) 260
c) 430
d) 600

11. Analisando a sucessão: 11, 28, 327, 464, _____. Podemos concluir que o próximo termo dela será:

- a) 525
b) 601
c) 791
d) 5125

12. Se não danço zumba, danço axé. Se estou triste, danço zumba. Se danço zumba, não estou triste. Se não estou triste, não danço axé. Logo,

- a) Danço zumba, estou triste e não danço axé.
b) Não danço zumba, estou triste e danço axé.
c) Danço zumba, não estou triste e não danço axé.
d) Não danço zumba, estou triste e não danço axé.

13. Considere as seguintes proposições:

I. Nenhum cachorro é um animal racional.

II. Raul é um ser humano.

III. Todos os seres humanos são animais racionais.

Com base somente nas três proposições dadas e supondo-as verdadeiras, podemos afirmar que:

- a) Raul é um animal racional.
b) Alguns cachorros são animais racionais.
c) Alguns cachorros são seres humanos.
d) Raul é um cachorro.

CONHECIMENTOS GERAIS

De acordo com o que dispõe o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira/RJ, responda às próximas três questões.

14. O art. 2º da Lei nº 1.759, de 10 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a organização do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira/RJ, estabelece: “O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira, _____, será mantido pelo Município, _____ e pelos seus segurados ativos, inativos e pensionistas nos termos desta Lei”.

Marque a alternativa que completa corretamente o referido artigo.

- a) de caráter contributivo e de filiação obrigatória / através dos órgãos do Poder Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município
- b) de caráter contributivo e de filiação obrigatória / através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município
- c) de caráter contributivo e de filiação obrigatória / será gerido por uma diretoria composta por representantes dos Poderes Legislativo e Executivo
- d) de caráter contributivo e de filiação opcional / através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município

15. Atribua C para as assertivas corretas e E para as erradas, depois assinale a alternativa verdadeira.

() Permanece filiado ao regime previdenciário de que trata a Lei nº 1.759/2001, na qualidade de segurado, o servidor ativo titular de cargo efetivo que estiver cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

() Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do servidor, considerar-se-á o valor que lhe seria devido caso não se verificassem as licenças ou ausências, na forma do disposto no art. 13 da Lei nº 1.759/2001.

() Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 14 da Lei nº 1.759/2001, para os dois cargos.

a) C, C, E.

b) C, C, C.

c) E, C, C.

d) C, E, C.

16. O regime de previdência social de que trata a Lei nº 1.759/2001 compreende as seguintes prestações, quanto ao segurado:

1. Aposentadoria por invalidez;

2. Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;

3. Aposentadoria voluntária por implemento de idade;

4. Aposentadoria compulsória;

5. Pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.

É correto que se apresenta apenas nos itens:

a) 2, 3 e 5.

b) 2, 4 e 5.

c) 1, 2, 3 e 4.

d) 1, 4 e 5.

Conforme a Lei Complementar nº 038, de 28 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Reforma do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira/RS, responda às próximas três questões.

17. Analise as alternativas e aponte a correta.

a) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade do Prefeito Municipal.

b) Progressão é a passagem do servidor de um nível para o seguinte dentro da mesma categoria e mesmo cargo.

c) Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor será exonerado.

d) A mudança do servidor de um grau a outro far-se-á por merecimento e antiguidade, de acordo com o que dispuser o Plano de Cargos e Carreiras Municipal.

18. Qual alternativa completa respectivamente as lacunas?

A posse ocorrerá no prazo de _____ dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogados por mais _____ dias, a requerimento do interessado.

a) trinta / quinze

b) quinze / quinze

c) quinze / sete

d) trinta / trinta

19. Analise as assertivas e marque a alternativa correta.

1. A Progressão Funcional de uma referência para outra ocorrerá conforme dispuser o Plano de Cargos e Carreiras Municipal, desde que atendidos, concomitantemente os seguintes requisitos: a) a cada cinco anos de efetivo exercício no mesmo nível do cargo ocupado pelo servidor; obtenção de graus máximos na Avaliação de Desempenho durante o período referido no requisito anterior.

2. Configurar-se-á abandono de cargo, apurado mediante inquérito administrativo, a não assunção do exercício do cargo no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

3. A apuração do tempo de serviço será feita em meses, que serão convertidos em anos.

a) São verdadeiros os itens 1, 2 e 3.

b) São verdadeiros os itens 1 e 2, somente.

c) É verdadeiro o item 2, somente.

d) É verdadeiro o item 3, somente.

20. À luz da Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira/RJ, atribua C para a assertiva certa e E para a errada e marque a alternativa verdadeira.

() É uma competência privativamente da Câmara Municipal tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo de, no máximo, trinta dias de seu recebimento.

() Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas palavras, opiniões e votos.

() O Vereador poderá licenciar-se para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse noventa dias por sessão legislativa.

() O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa. Solicitada a urgência, a Câmara deverá manifestar-se em até quinze dias, dada a relevância da matéria.

- a) E, C, E, E.
- b) C, E, C, C.
- c) C, C, E, E.
- d) C, C, C, C.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público. E ainda, o controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público. Nesse sentido, é incorreto afirmar que

- a) está compreendido o controle da execução das ações que integram os programas.
- b) está compreendida a preservação das leis e das diretrizes que integram os subprogramas.
- c) está compreendida a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas.
- d) está compreendida a preservação do patrimônio público.

22. De acordo com a Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, e a nova redação dada pela Lei nº 12.349/2010, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos:

- a) Da legalidade, da impessoalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.
- b) Da conformidade, da igualdade e da publicidade.
- c) Da competência, da probidade administrativa e da conformidade.
- d) Da entidade, da legalidade e da moralidade.

23. São modalidades de licitação, exceto:

- a) Convite e concurso.
- b) Tomadas de preços e concorrência.
- c) Concorrência e leilão.
- d) Pregão e tomada de contas.

24. De acordo com o art. 30 da Constituição Federal de 1988, compete aos municípios:

- a) Legislar sobre desapropriação.
- b) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- d) Legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

25. Segundo a NBC T 16.2, Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Sob o enfoque contábil, o Patrimônio Público está estruturado em três grupos. Nesse sentido, é incorreto afirmar que:

- a) Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) Passivos são obrigações da entidade pública, derivadas de eventos futuros, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
- c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

26. Quanto à origem, o controle pode ser: interno ou externo. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com auxílio do tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- a) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da união.
- c) Exercer controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres dos Municípios.
- d) Apoiar o controle no exercício de sua missão institucional.

27. A Resolução CFC nº 750/1993 consagra os princípios de contabilidade, que são de observância obrigatória no exercício da profissão contábil, constituindo condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. Assinale a alternativa correta.

- a) Sob a perspectiva do setor público, a entidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.
- b) Para o setor público, o princípio da entidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.
- c) O princípio da entidade afirma-se, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.
- d) O princípio da entidade é aquele que reconhece as transações e os eventos nos períodos a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente ao Setor Público.

28. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, parte II, instituído pela portaria STN nº 437/2012, o Ativo Imobilizado – é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrente de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. Esse Tangível é classificado como Bens Móveis e Bens Imóveis. Quanto à classificação dos bens imóveis, é incorreto classificá-los como:

- a) Bens de uso especiais
- b) Bens de uso comum do povo
- c) Bens dominiais
- d) Bens móveis em andamento

29. Variações patrimoniais qualitativas são aquelas que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do Patrimônio, ou seja, as alterações do Patrimônio que não alteram o valor do Patrimônio Líquido. Nesse sentido, assinale a alternativa que represente um exemplo de variação patrimonial qualitativa.

- a) Despesas com salários
- b) Incorporação de bens (doação recebida)
- c) Compra de veículo
- d) Receita de tributos

30. Provisões são obrigações existentes da entidade, provenientes de eventos passados, e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potenciais de serviços, com a característica de terem algum grau de incerteza quanto a valor e data prevista de pagamento. Uma provisão só deve ser reconhecida se atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos, exceto:

- a) A entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado.
- b) É provável a saída de recursos para liquidar a obrigação.
- c) O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- d) Pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.

31. A análise e a verificação do Balanço Orçamentário têm como objetivo preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão orçamentária. Nesse sentido, a análise feita no Balanço Orçamentário que consiste na comparação entre a coluna “Despesas Empenhadas” e a coluna “Despesas Liquidadas” é denominada:

- a) Restos a pagar não processados inscritos no exercício.
- b) Restos a pagar processados inscritos no exercício.
- c) Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação.
- d) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária.

32. Sabe-se que no Balanço Financeiro de 2014 da Prefeitura de Rio Fundo é possível extrair as seguintes informações:

Receita Orçamentária	R\$ 200.000,00
Despesa Orçamentária	R\$ 180.000,00
Variação do Saldo em Espécie	R\$ 10.000,00
Receita Extra orçamentária	R\$ 30.000,00

Com base nesses dados, informe o Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

- a) 1,1
- b) 2,0
- c) 3,0
- d) 1,2

33. Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. Com base nos dados da Prefeitura Nosso Sonho, calcule o Índice de Solvência.

Caixa e equivalente de Caixa	R\$ 100.000,00
Ativo Circulante	R\$ 1.200.000,00
Ativo Não Circulante	R\$ 800.000,00
Passivo Circulante	R\$ 700.000,00
Passivo Não Circulante	R\$ 900.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 400.000,00

- a) 2,00
- b) 0,14
- c) 0,75
- d) 1,25

34. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular (CTN art. 201). A inscrição da dívida ativa tributária de um município é de competência:

- a) Da administração tributária, a qual é representada pelos seus Auditores Fiscais Tributários.
- b) A Procuradoria é que tem o poder de inscrever o débito tributário municipal.
- c) Do financeiro da repartição administrativa competente.
- d) Do Tribunal de Contas do Estado em que situa o Município.

35. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto: (CF/88 art. 74)

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- c) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) Apoiar o controle interno no exercício de sua missão internacional.

36. O art. 165 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo 5º, diz que a lei orçamentária anual – LOA será compreendida de 3 (três) orçamentos. Com base neste parágrafo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- b) O orçamento financeiro referente aos Poderes da União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- c) O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- d) O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

37. A conduta do Profissional da Contabilidade com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe. Nesse sentido, está correto:

- a) Zelar pela dignidade da classe, pelo prestígio profissional e pelo postulado de suas instituições.
- b) Aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a recusa.
- c) Acatar as resoluções votadas pela classe contábil, exceto quanto a honorários profissionais.
- d) O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou convivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão.

38. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum (CF/88 art. 166). A emenda constitucional 86/2015 introduziu diversos parágrafos a esse artigo, dentre eles o § 14 - No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesas que integre a programação, na forma do § 11 deste artigo (166), serão adotadas várias medidas. Marque a afirmativa que não corresponde às medidas a serem adotadas:

- a) Até 120(cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública enviarão ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento.
- b) Até 90(noventa) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável.
- c) Até 30 de setembro ou até 30(trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável.

d) Se, até 20 de novembro ou até 30(trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

39. O art. 3º do Código Tributário Nacional – CTN define tributo da seguinte forma:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) O tributo cobrado pela União, Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- c) Tributo são os serviços públicos e têm de ser específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou colocados à sua disposição.
- d) Considera-se Tributo atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

40. De acordo com o art. 12 § 1, nos incisos I, II e III da resolução CFC 803/96, e a nova redação dada pela resolução CFC 1307/2010, podem ser consideradas como atenuantes nas penalidades éticas as seguintes ações, exceto:

- a) Ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional.
- b) Ausência de punição ética anterior.
- c) Ação cometida que resulte em ato que denigra publicamente a imagem do Profissional da Contabilidade.
- d) Prestação de relevantes serviços à Contabilidade.

RASCUNHO